

Psicologia Comunitária Frente à Negação de Direitos em Virtude do Cenário de Pobreza

Francisco José dos Santos Sales¹, Isadora Dias Gomes²,

Rebeca Cavalcante Fontgalland³

1 Introdução

A Psicologia Comunitária oferece como uma de suas propostas de intervenção junto à comunidade, um importante trabalho no que diz respeito ao entendimento das dinâmicas das relações humanas e do indivíduo enquanto sujeito que vive em sociedade. Diante disso, o presente trabalho tem como objetivo explicar a importância da Psicologia Comunitária na construção e na promoção dos Direitos Humanos em conjunto com os sujeitos e a comunidade, com base em uma experiência vivenciada em comunidade periférica de Fortaleza. Consiste em uma revisão narrativa da literatura articulada a um relato de experiência desenvolvido a partir de atendimentos individuais, que continuam ocorrendo, com ênfase na clínica de Direitos Humanos, abordando temas como convívio familiar, situação socioeconômica das famílias, convivência com a violência e situações de violação de Direitos Humanos básicos em virtude do cenário de pobreza. Como desdobramento das ações interventivas, tem-se como base o conhecimento das problemáticas, a partir do diálogo aberto e da escuta, o que nos possibilita um acolhimento das pessoas em situação de sofrimento e, sobretudo, demonstra-se atenção e uma relação empática com as pessoas junto às demandas trazidas. Procura-se, também, realizar um diálogo com a Psicologia Comunitária para o fortalecimento da promoção dos Direitos Humanos, e, em seguida, busca-se investigar as situações de violação dos Direitos

¹Discente do Curso de Psicologia. Centro Universitário UniFanor Wyden. salesmetodista1972@bol.com.br

²Mestre em Psicologia. Docente do Curso de Psicologia. Centro Universitário UniFanor Wyden. isadoradg@gmail.com

³Doutora em Psicologia. Docente do Curso de Psicologia. Centro Universitário UniFanor Wyden. rebecavalcante@gmail.com

Humanos decorrentes do cenário de pobreza e da falta de uma maior atenção do poder público nas mais variadas nuances da dinâmica comunitária.

2 Referencial Teórico

As questões que envolvem a pobreza têm influências psicossociais na vida humana. A Psicologia Comunitária trabalha com esses problemas psicossociais. Sendo assim, considera a ampliação da concepção de pobreza para além dos aspectos materiais, incluindo também fatores sociais, estruturais e políticos. Por isso, é importante a expansão da concepção do fenômeno “pobreza” para aspectos mais abrangentes, pois entende-se a pobreza também em uma ordem opressiva e simbólica (MORAIS; FERREIRA; CASTRO, 2015).

Pelas ruas da comunidade, onde o trabalho está sendo realizado, é comum ver sinais de injustiça social por todos os lados, como também o descaso público junto às condições de vida que se expressam no limite das desigualdades sociais. Em decorrência disto, há um desafio imenso do saber psicológico e principalmente da sua vertente comunitária diante de uma realidade de vulnerabilidade social e violação dos direitos humanos básicos, como o direito de ser tratado (a) com respeito e dignidade; eliminação de situações de pressão e opressão e acesso a uma melhor qualidade de vida. A comunidade vive sob tensão constante pelos altos níveis de criminalidade presentes na região, assim como da ociosidade que toma conta dos jovens e da população adulta.

No que diz respeito às políticas de direitos, entende-se que é uma política orientada para a garantia e efetivação dos Direitos Humanos que é sustentada na concepção de que todos os humanos são cidadãos, portanto, sujeitos de direitos e deveres, assim sendo, trabalha na construção de uma sociedade mais justa e igualitária para todos, respaldando-se nos interesses da coletividade e do bem comum. Por sua vez, esta política não se enquadra apenas num aparato institucionalizado do Estado, mas tem suas implicações na busca constante de construir e efetivar uma política institucional de Direitos Humanos que abrace todas as populações por via das relações de sociabilidade e dimensões do reconhecimento (FURLAN, 2017).

Bock e Gianfaldoni (2010) ressaltam a relevância do compromisso que se deve ter com o mundo como conjunto de relações, nas quais as questões relacionadas aos direitos, assim como os sujeitos de direitos, não nascem de fora da relação, e sim, nascem do âmago do ser com os outros; nascem do “chão duro” das interações conflituosas que marcam a convivência. Por isso, com base nesses conhecimentos advindos da Psicologia Comunitária, teve-se o respaldo de adentrar na comunidade e realizar os devidos atendimentos junto às pessoas através de uma associação local que atende aos moradores em diversas demandas, o que nos possibilitou ter uma maior compreensão das situações de violação de Direitos dentro do contexto comunitário.

Portanto, a Psicologia Comunitária corresponde à área da Psicologia que tem como objetivo o estudo dos fatores psicossociais que visam promover, desenvolver e manter a capacidade dos indivíduos de maneira ativa no seu controle individual e social, na busca de solucionar problemas pertinentes a sua vida e da comunidade como um todo, e dedica-se a estudar, compreender e intervir no contexto psicossocial que caracteriza a comunidade. Enfim, a Psicologia Comunitária identifica-se como um campo de atuação que faz interlocução com movimentos sociais e outros saberes para inspirar a prática à complexidade do cotidiano (MELO; LIMA, 2015; XIMENES et al., 2017).

3 Resultados Esperados

Espera-se que o nosso trabalho na comunidade propicie a oportunidade aos acadêmicos de um conhecimento mais aprofundado no que se refere às problemáticas que envolvem as regiões periféricas dos grandes centros, a fim de que se promova um debate crítico e reflexivo e viabilize futuras intervenções. Intervenções que atinjam a comunidade de modo a propiciar sujeitos que se fazem pelo seu próprio esforço, e que desenvolvam formas de solidariedade e apoio mútuo, constituindo-se enquanto rede social.

4 Considerações Finais

Conclui-se que este trabalho tem contribuído de forma efetiva para o crescimento acadêmico e profissional, principalmente no que concerne à empatia, acolhimento e posicionamento frente as questões que envolvem situações de grande sofrimento, em virtude da pobreza e das mazelas que dela decorrem. Buscou-se compreender a realidade vivenciada pelas pessoas dentro da comunidade, o que deixa um sentimento que ainda há muito a percorrer e aprender sobre a luta dos moradores por garantia de direitos, por uma busca quase que solitária de uma vida mais digna, traçando junto a elas estratégias que visem promover a consciência crítica e o empoderamento dos sujeitos em situação de vulnerabilidade social.

Referencial Teórico:

BOCK, A. M. B.; GIANFALDONI, M. H. T. A. Direitos humanos no ensino de Psicologia. **Psicol. Ensino & Form.**, v.1, n.2, 2010.

FURLAN, V. Psicologia e a Política de Direitos: Percursos de uma Relação. **Psicol. cienc. prof.**, v. 37, n. spe, p. 91-102, 2017.

MELO, T. C., LIMA et al. A atuação do psicólogo comunitário a partir da psicologia da libertação. **Caderno de Graduação-Ciências Humanas e Sociais-FITS**, v. 2, n. 3, p. 97-112, 2015.

MORAIS, V; FERREIRA, J.; CASTRO, S. Pobreza e suas Relações com a Psicologia Comunitária na 5º Conferência Internacional de Psicologia Comunitária, **Revista de La Facultad de Psicología**, v. 5, n. 2, 2015.

XIMENES, V.; et al. Saúde Comunitária e Psicologia Comunitária: suas contribuições às metodologias participativas. **Psicologia em Pesquisa**, v. 11, n. 2, 4-13, 2017.